



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

OS BAIRROS DO CENTRO EXPANDIDO DE GOIÂNIA-GO: MOSAICO URBANÍSTICO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE UMA CIDADE NOVA

Sandra Catharinne Pantaleão Resende (Pontifícia Universidade Católica de Goiás) -
catharinne@pucgoias.edu.br

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo Universidade de Brasília (2016). Mestre em Geografia - Dinâmica Sócio-Ambiental, pela UEL (2010). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Goiás (2006) e em Artes Visuais - habilitação Design Gráfico pela UFG

Os bairros do centro expandido de Goiânia-GO:

mosaico urbanístico e ocupação territorial de uma cidade nova

INTRODUÇÃO

Goiânia é uma cidade nova que repercute em sua tessitura urbana o ideário moderno, além de expressar na ocupação do território as políticas nacionais de “colonização” do interior do país. Em sua história urbana são destacados o DNA de cidade nova (TREVISAN, 2009) ao ressaltar o feito de seu criador e o projeto do núcleo pioneiro da cidade, assinado por um arquiteto e urbanista recém-chegado do “estrangeiro”. Nesse sentido, os documentos oficiais e diversas publicações sobre Goiânia discorrem sobre o feito heroico de constituir uma cidade no meio do sertão. Pouco se discute sobre a caracterização de sua forma urbana enquanto processo dinâmico e entremeado por outros sujeitos.

A partir disso, esse trabalho apresenta uma abordagem historiográfica de Goiânia a partir de cinco momentos que consideram os períodos a partir das transformações e permanências de sua forma urbana. Parte-se da análise dos bairros que permitem constatar esse processo, tendo em vista o estudo dos bairros definidos no decreto lei nº 574 de 1947 (GOIÂNIA, 2008) e que hoje constituem o Centro Expandido da cidade.

A periodização da pesquisa se assenta em: a gênese de formação da cidade como cidade nova (TREVISAN, 2009), **caracterizando seu DNA e suas mutações**, tendo em vista seus genes de cidade nova e as ocupações não planejadas – entre 1933 e 1947; **a ampliação do espaço**, identificando os sujeitos sociais e a formação de fragmentos por meio dos bairros aprovados entre 1950-1964; **fragmentos e novos lugares** – a reconfiguração do espaço mediante o financiamento federal para projetos de ordenamento territorial – 1969-1975 e a constatação da dialética entre centro e periferia; a **expansão urbana** mediante as legislações e alterações do perímetro urbano além da aprovação e políticas de novos loteamentos em áreas periféricas (1975-1994) e, por fim, o **adensamento e constituição da região metropolitana**, considerando os últimos 30 anos.

A pesquisa apoia-se na revisão de autores que relatam a gênese de Goiânia e no referencial teórico-metodológico sobre análise urbana, com o intuito de analisar a inserção dos bairros no território e suas relações com os demais bairros que formam o Centro Expandido. A pesquisa, de caráter exploratório, busca por meio deste referencial, compreender as permanências e transformações da forma urbana relacionados à periodização proposta. A expansão não planejada de Goiânia a oeste e norte do Córrego Capim Puba e o processo das ocupações irregulares, como tratado por Gonçalves (2003), revela uma dinâmica de ocupação da cidade e da ação do Estado com aprovação de diversos bairros associada à promoção das glebas rurais como ações econômico-fundiárias, favorecendo os proprietários das áreas contíguas ao patrimônio adquirido para a construção da cidade.

Em específico, o artigo aborda as mutações do primeiro período, considerando a documentação oficial e o período de concepção, construção e implantação de Goiânia, que ocorreu entre 1933 e 1947. Ressaltam-se nesse estudo o papel dos Setores Oeste e Aeroporto como meio de compreender,

respetivamente, a atuação econômico-fundiária e político-institucional na ocupação territorial da cidade. A compreensão dessa dinâmica urbana, das rupturas presentes na forma urbana e os vetores de expansão da cidade são observados nos bairros em estudo correlacionados aos momentos propostos na pesquisa. A periodização visa aprender as dinâmicas urbanas, o que denota também uma heterogeneidade do tecido urbano e seus distintos tempos históricos.

Destaca-se o Setor Oeste como crescimento contínuo ao Setor Central, tendo em vista as condições topográficas e o limite da cidade até o Bosque dos Buritis mais a sul. As dinâmicas das primeiras décadas de Goiânia, levaram a uma maior articulação entre o núcleo pioneiro, projetado por Atílio Correa Lima e, depois, redefinido com consultoria à Armando Augusto de Godoi a Campinas, sendo as terras entre esses dois espaços, áreas particulares.

Parte-se do pressuposto de que houve uma ocupação em extensão no eixo leste-oeste, em que o Setor Oeste possibilitou essa maior articulação entre os dois núcleos, dada também o papel da Avenida Anhanguera como linha de crescimento. Associado a implantação do Setor Oeste, o setor Aeroporto desempenhou o papel “higienizador” ao evitar que novas ocupações irregulares ocorressem, além de possibilitar, num segundo momento, seu papel como vetor de crescimento norte, ocupando a Fazenda Crimeia e a consolidação do eixo leste-oeste e uma área importante de articulação entre os dois núcleos iniciais que são tombados (Campinas e núcleo pioneiro), conforme consta no dossiê de tombamento de Goiânia (MANSO, 2004).

A análise dos Setor Oeste aponta o desenvolvimento e formação de uma região entre os Núcleos de Campinas e Goiânia, destinada à população de maior poder aquisitivo, além de deter de um traçado urbano semelhante ao do Setor Central, valorizando eixos de ocupação norte-sul (Avenida República do Líbano) e leste-oeste (Avenida Anhanguera). E a análise do Setor Aeroporto reforça essa articulação, além de promover as ações do Estado no controle do ordenamento territorial da cidade até meados dos anos 1950. Compreender a dinâmica entre os dois núcleos iniciais, possibilita compreender a própria estruturação de Goiânia, atestando a periodização com destaque a três momentos: caracterização do DNA de Goiânia como cidade nova e suas mutações; ampliação do espaço e fragmentos e novos lugares.

A FORMAÇÃO DO CENTRO EXPANDIDO DE GOIÂNIA

Fundada em 1933, a cidade de Goiânia teve seu projeto urbanístico realizado por Atílio Correia Lima, que englobou o Setor Central, Norte, Sul e Oeste e previsão, previsão de 50.000 habitantes. Segundo Bernardes (2000), a proposta de Atílio Correa Lima estava fundamentada pelo ideário moderno e a visão teleológica de urbanização, buscando rebater na proposta urbanística os preceitos higienistas e de salubridade em oposição às ocupações das cidades coloniais.

Observa-se o minucioso trabalho de levantamento hidrográfico para a definição do sítio de implantação da cidade e a demarcação das áreas doadas para a constituição da cidade nova ainda que as mutações de seu DNA acompanhem esse processo, tendo em vista a modificação da área inicialmente prevista em função de interesses econômico-fundiários. Isso porque delimitou-

se a área destinada à implantação da cidade a partir das Fazendas Crimeia, Vaca Brava e Botafogo, mediante doações e venda de terras (figura 1).

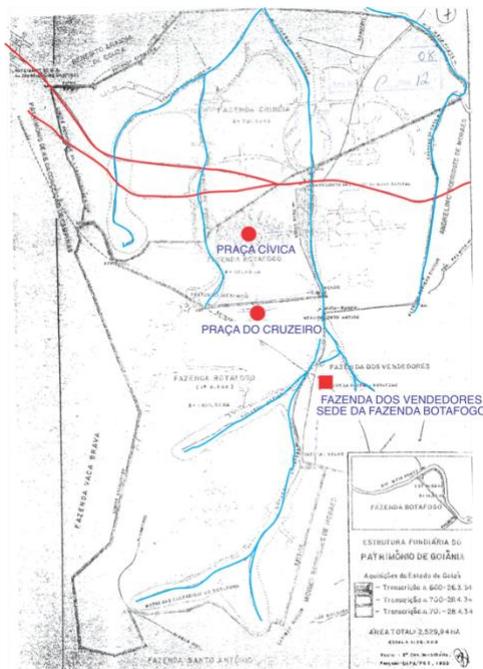


Figura 1: Aquisições de terras pelo Estado de Goiás para implantação de Goiânia. Fonte: Cartório de Imóveis de Goiânia, 1993 com intervenção da autora, 2021.

A área destinada à construção da cidade delimitava-se a leste pelo Córrego Botafogo, sendo a maior parte advinda da Fazenda Botafogo. No entanto pelo documento de aquisição de terras, observa-se que a sede da propriedade não foi vendida e permaneceu a oeste do curso d'água, sendo um ponto estratégico uma vez que havia também a presença de uma estrada que a ligaria à cidade de Campinas. Ademais, destaca-se a localização da Praça do Cruzeiro, área indicada para o centro administrativo devido à sua topografia mais elevada. No entanto, optou-se pela implantação da cidade mais a norte, visto uma maior aproximação com outra estrada existente, hoje a Avenida Anhanguera, além de uma ocupação concentrada no sentido leste-oeste, entre as bacias do córrego Botafogo e Capim Puba.

Manso (2018) relata que o estudo de localização da nova capital atentava-se a posição estratégica ao articulá-la regionalmente, além de prever a expansão por meio de “cidades-satélites” visando controlar a ocupação do núcleo inicial e a formação de novas aglomerações. Em seus estudos, a autora indica as influências anglo-saxãs de Armando Augusto de Godoy, cuja supervisão à proposta de implantação Goiânia foi necessária com a saída de Atílio Correa Lima em 1935, modificando em parte a proposta original (figuras 2 e 3).

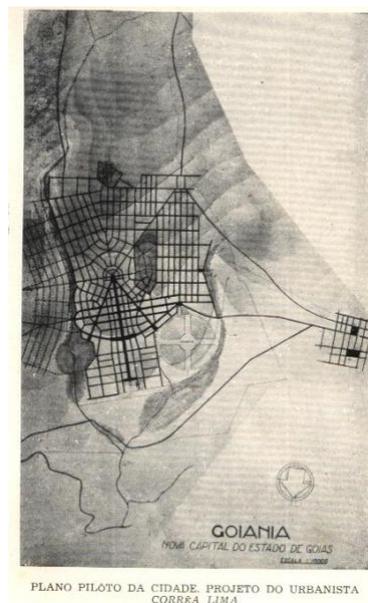


Figura 2: Planta da Nova Capital do Estado de Goiás - GOIÂNIA, 1935, considerado o primeiro Plano Diretor de Goiânia. Fonte: Acervo da Prefeitura de Goiânia, 2021.

A proposta de Atílio Corrêa Lima, indicou o parcelamento das áreas pertencentes ao Estado, inclusive a área do futuro Setor Leste, localizado a leste do córrego Botafogo, sendo previsto como ocupação futura. Percebe-se, nesse primeiro plano diretor da cidade, a presença dos cursos d'água entre os quais foram esboçados os Setores Central, Norte, Sul e Oeste entre as bacias dos Córregos Botafogo e Capim Puba, sendo estes limites para a estruturação urbana da cidade, contribuindo para um crescimento norte-sul. No entanto, pela presença de outros elementos estruturadores, como, por exemplo, a estrada de rodagem e a previsão da estrada de ferro, houve uma ocupação mais efetiva no sentido leste-oeste do que norte-sul, ainda que tenham sido ocupadas áreas não previstas inicialmente. Pode-se afirmar que o vetor norte-sul estabeleceria a escala intraurbana da cidade e o leste-oeste a escala regional, estabelecendo a ocupação mais nesse sentido, conforme observa-se na imagem aérea de 1937 (figura 2).



Figura 3: Vista aérea de Goiânia, 1937. Fonte: IBGE, 1937 com intervenção da autora, 2021.

A partir da análise urbana numa abordagem histórico-morfológica, identificam-se os elementos reguladores de crescimento urbano: o Córrego Botafogo e Capim Puba como barreiras, definindo também o perímetro urbano

da cidade, além do papel de limite do Córrego Buriti, uma vez que este não impedia o crescimento a oeste. A Avenida Anhanguera caracteriza-se como linha de crescimento, permitindo a ligação de Goiânia com Campinas, Leopoldo de Bulhões, Silvânia e, até mesmo, com a cidade de Goiás, antiga capital. Essa ocupação inicial da cidade indica o desenvolvimento de um planejamento voltado à ocupação dos setores Norte e Central.

Esses aspectos são constatados ao verificar o detalhamento dos Setores Central e Norte (figura 4), além da definição do centro administrativo – Praça Cívica, aeródromo (atual Setor Aeroporto), zona industrial (parte do Setor Norte) e as avenidas Pedro Ludovico, Araguaia, Goiás, Tocantins e Anhanguera, perfazendo a estrutura intraurbana no sentido norte-sul e a regional no sentido leste-oeste, uma vez que a Avenida Anhanguera perpassava o perímetro urbano da nova capital e articulava às demais cidades existentes, como Campinas que serviu de sede provisória para a implantação da nova capital e Silvânia, sondada como uma das possíveis áreas de implantação além da presença da Igreja Católica em seu território.

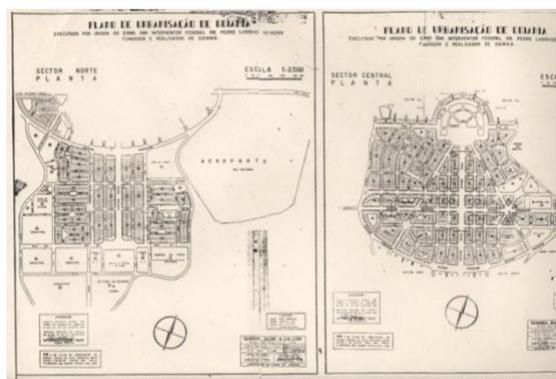


Figura 4: Vista aérea de Goiânia, 1937. Fonte: acervo da Prefeitura de Goiânia, 2021.

Além dos setores Central e Norte, no primeiro plano diretor da capital, ficou esboçado o desenho dos Setores Sul, Oeste e Leste. Em todos esses bairros, Atílio preferiu um desenho que respeitasse a topografia do terreno, optando por uma malha ortogonal, tipo “tabuleiro xadrez” com ligações naturais entre os setores (RIBEIRO, 2003, p. 55). No entanto, com a saída do arquiteto e urbanista, houve uma revisão dessa proposta mediante o decreto nº 90-A de 1938 (figura 5).

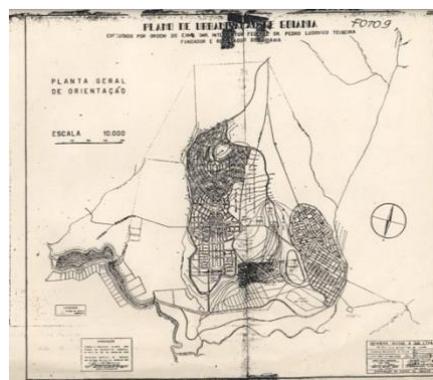


Figura 5: Planta de Urbanização de Goiânia. Planta Geral de Orientação. Decreto nº 90/A/1938. Fonte: Álvares, 1942.

A revisão atribuída à Armando Augusto de Godoy, mas assinada pela firma dos irmãos Coimbra Bueno, detalhou o Setor Sul modificando a proposta de Atílio e a inclusão do Setor Coimbra em extensão à cidade Campinas. Nota-se que, a área urbana do município foi delimitada ainda que não tenham sido detalhados os setores Oeste, Aeroporto, Leste Universitário, Leste Vila Nova, sendo registrados em partes desses dois últimos áreas ocupadas por acampamentos provisórios de trabalhadores responsáveis pela construção de Goiânia. Além das mudanças no Setor Sul, a firma Coimbra Bueno indicou o parcelamento de suas terras (setor Coimbra) incorporando-as à zona urbana, reforçando o eixo leste-oeste como a principal linha de crescimento da cidade.

Nesse plano de urbanização, tem-se a zona urbana delimitada pelos setores Central, Norte, Sul, Oeste, Cidade Satélite de Campinas, além do Aeroporto, Parque dos Buritis, Parque do Capim Puba, do Bandeirantes, Zoológico e Hipódromo e a área suburbana ficou definida no entorno destes. Apesar de exigir que os loteamentos só poderiam ser instalados com infraestrutura, observa-se que nas áreas a leste do Córrego Botafogo e a oeste do Capim Puba e áreas contíguas à cidade satélite de Campinas, ocorreu a implantação de ocupações provisórias, uma concentração operária que estava à margem da própria cidade planejada (figura 6).

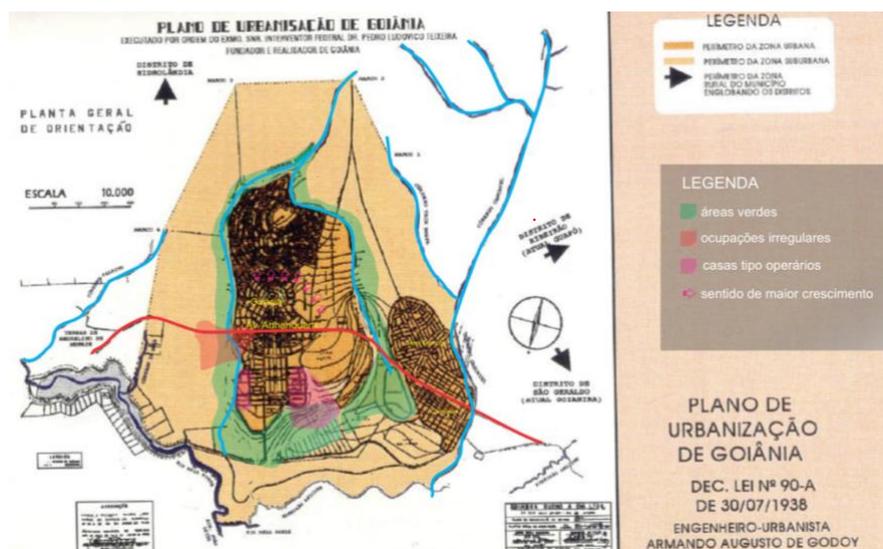


Figura 6: Planta de Urbanização de Goiânia (1938). Fonte: Goiânia, 1992 com modificação da autora, 2020.

A pressão econômico-fundiária pela incorporação de áreas à zona urbana e a atuação político-instituição em promover a venda de lotes nas áreas sob seu domínio ocorreu pela reformulação do Plano de Urbanização ao instituir o Código de Edificações de Goiânia, de 1947. Essa legislação definiu o ordenamento e a área urbana da nova capital detalhando o Setor Central, o Setor Sul, o Setor Norte, o Setor Leste Universitário, o Setor Leste Vila Nova, o Setor Oeste e a indicação do Aeródromo, que viria a ser o Setor Aeroporto (figura 7). Nota-se um maior detalhamento dos bairros indicando suas áreas públicas, presença de praças, parques e áreas verdes, além de equipamentos sociais permitindo compreender melhor o papel dos bairros e suas relações intrínsecas ao DNA e às mutações “genéticas” da cidade ao longo de sua própria implantação.

Além de conter a Lei de Zoneamento e a de Loteamento, essa legislação transferiu a obrigação de infraestrutura básica para a iniciativa privada, fato que foi revogado mediante as pressões sofridas, passando a exigir apenas a locação e abertura das vias (RIBEIRO, 2004). No entanto, o decreto-lei nº 176/1950, extinguiu tais exigências, culminando na aprovação de quase 160 loteamentos (figura 8), em sua maioria apenas com a definição dos perímetros, contribuindo significativamente para a fragmentação do território nas décadas seguintes. Isso implica em compreender o segundo momento da periodização proposta, à medida que houve a ampliação do espaço, tendo em vista o número de bairros aprovados e a “desregulamentação” urbanística que caracteriza o período entre 1947-1964.

Conforme os documentos e fontes primárias, acerca da construção da nova capital, tem-se a caracterização do primeiro período proposto nessa pesquisa, mediante a formação da estrutura urbana da cidade por meio de seus bairros. Essa primeira fase é definida pela caracterização do DNA de Goiânia como cidade nova e suas mutações, face aos genes de cidade nova (TREVISAN, 2009) e às modificações que ocorrem ao longo do processo de ocupação da cidade entre 1936-1947 (figura 9).

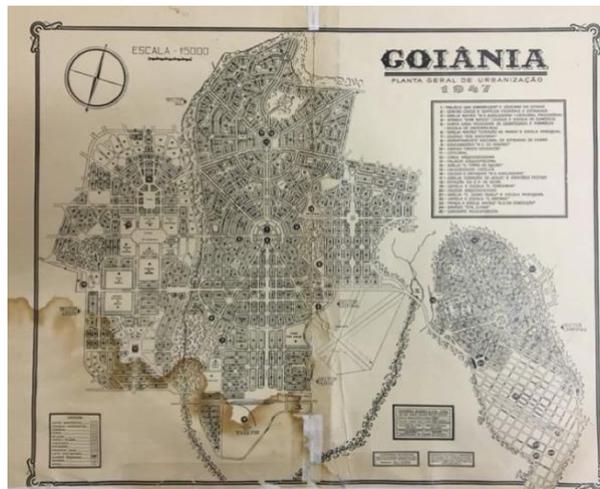


Figura 7: Planta de Urbanização de Goiânia. Decreto nº 574, 1947. Fonte: MIS, 2016.

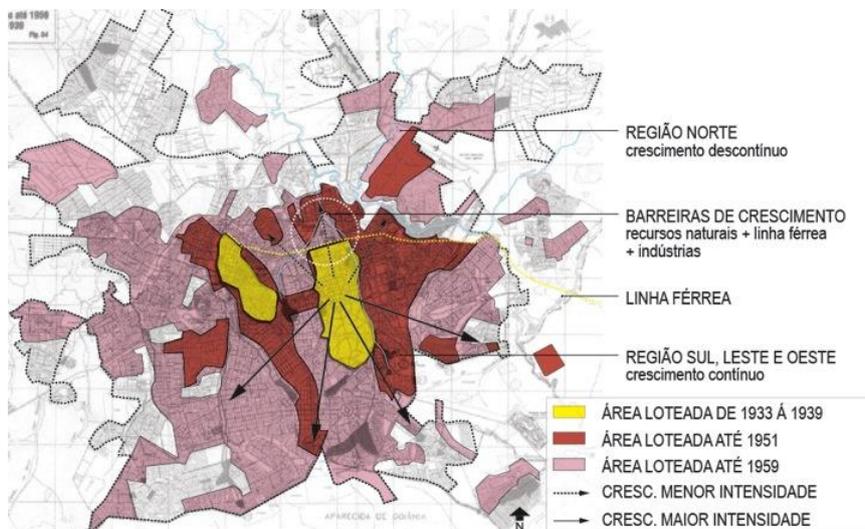


Figura 8: Manchas de Crescimento de 1933 até 1959. Fonte: Brandão, 2013.

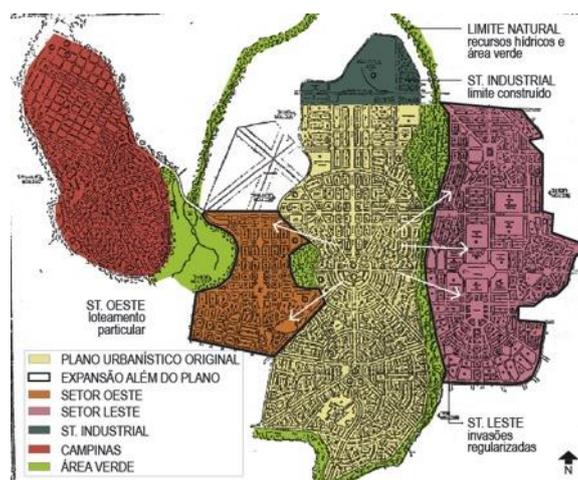


Figura 9: Planta Geral de Urbanização de Goiânia de 1947. Fonte: Brandão, 2013.

Esse primeiro período revela a circulação de ideias na constituição de uma cidade nova, cujo papel está associado a um projeto político visando a modernização do Estado alavancada por uma espécie de “colonização” do sertão, na chamada “Marcha para Oeste”. Goiânia é, portanto, resultante de um projeto urbanístico desenvolvido e reformulado por diversos profissionais, sendo uma das manifestações de modernização no Brasil. Entre os interesses de legitimar a visão modernizadora do sertão, havia também os econômico-fundiários que levaram à expansão dos limites iniciais, à medida que novos loteamentos foram aprovados ainda que não constassem com seus respectivos projetos. No entanto, permitiria ao Estado, em um primeiro momento, controlar essa ocupação e garantiria os recursos necessários para a construção da cidade, seguida por uma pressão dos empreendedores imobiliários e proprietários de terras para aprovação de novos parcelamentos em um raio de 15 km a partir da Praça Cívica.

Essa fase foi coordenada pela firma Coimbra Bueno & Cia, entremeando a construção dos edifícios públicos no núcleo projetado por Atílio Correa Lima e o surgimento de áreas não previstas em áreas rurais pertencentes ao município¹, próximas ao Córrego Botafogo e, até mesmo, em suas margens. Os funcionários públicos, que necessitassem de moradia obrigatória receberiam lotes e o Estado construiria casas, com parcelamentos a longo prazo e com baixas prestações, estimulando a fixação da população na cidade. No entanto, não foram previstas residências para os operários, que ocuparam a margem direita do Córrego Botafogo, em caráter de provisoriedade. A falta de planejamento para a habitação desses trabalhadores levou a inúmeras invasões.

Nesse sentido, é observada a consolidação de um eixo leste-oeste e os diferentes momentos da história de Goiânia, isto é, reflexões sobre a atuação político-institucional e econômica-fundiária na produção do espaço urbano, tendo em vista a ocupação do Setor Oeste anteceder a do Setor Sul que fora detalhado, o aparecimento do Setor Coimbra próximo a Campinas e o parcelamento do aeródromo, resultando no Setor Aeroporto. Nesse sentido, considera-se que esses bairros revelam as mutações da cidade à medida que possibilitaram a extensão da aglomeração a oeste e a valorização fundiária, em

¹ O Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1938, definiu que o domínio da zona urbana ficaria reservado ao Estado e as zonas suburbanas e rurais ao município (MONTEIRO, 1938, p. 68).

contraponto ao eixo norte-sul, cujas áreas pertenciam ao Estado e eram menos adensadas, correspondendo aos bairros Setor Leste Vila Nova, Setor Leste Universitário e Setor Pedro Ludovico.

Esses bairros, posteriormente, consolidam o espaço intraurbano de Goiânia, sendo reconhecidos no Plano Integrado de Desenvolvimento de Goiânia de 1992 (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 1994) como centro expandido, destacando o Setor Central e o Setor Sul como núcleo pioneiro. Essa primeira fase de caracterização do território de Goiânia permite afirmar uma atuação efetiva do poder público que, por meio da definição de uso e ocupação do solo, buscava não só fixar a população em áreas estratégicas como também definir as classes sociais em cada uma das regiões, alavancando também a ação dos agentes privados devido às sucessivas mudanças nos limites urbanos da cidade.

DO ESPAÇO INTRAURBANO AO MOSAICO URBANO: FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

O controle do Estado ocorreu até 1947, dada a reformulação do código de edificações, desobrigando que os loteamentos fossem aprovados com a devida infraestrutura. Essa medida repercutiu nas ações econômico-fundiárias prevaletentes sobre as político-institucionais com a aprovação de centenas de bairros. Isso levou à expansão urbana e, conseqüentemente, à fragmentação do território, ainda que a ocupação se concentrasse no núcleo original. A partir dos anos 1950 até meados dos anos 1970, assiste-se à ampliação da área urbana e a ocupação do território por diferentes atores sociais, revelando a disputa do espaço urbano e a tensão sobre o controle da terra urbana.

Conforme relatam Cordeiro (1989), Moraes (1991) e Moysés (2004) houve uma expansão da cidade motivada pela especulação das terras contíguas à área urbana e as ocupações por parte da classe operária, conformando espaços distintos daqueles previstos na proposta de Atílio Correa Lima e na planta de 1938. Vários bairros foram aprovados, especialmente, na década de 1950, totalizando 160 loteamentos registrados. Não significa, porém, que houve a marcação desses no território da cidade e tampouco sua efetiva ocupação. Havia uma movimentação em busca da valorização da terra, esta vista como mercadoria, deflagrando uma mudança importante na forma urbana da cidade. Destaca-se o incentivo à ocupação leste-oeste, sendo importantes elementos estruturadores do espaço intraurbano os setores Oeste e Aeroporto, caracterizando a ampliação do espaço e a consolidação da mancha urbana entre as décadas de 1960-70, como extensão do núcleo pioneiro (figura 10).

Outro aspecto decorrente da ampliação do espaço refere-se às mudanças dos perímetros urbanos. O estudo dos bairros de Goiânia possibilita compreender melhor a dinâmica da tessitura urbana da cidade: um mosaico de glebas rurais, que ao ser parceladas e incorporadas às áreas urbanas e suburbanas, permitiram a extensão da mancha urbana, ainda que sejam porções heterogêneas entre si e articuladas pela estrutura viária, notadamente no sentido leste-oeste, em que se destaca o Setor Oeste e o Setor Aeroporto como elementos estruturadores da primeira fase de ocupação da cidade.

A história desses bairros coincide com a atuação dos agentes privados na transformação da forma urbana de Goiânia à medida que buscavam incentivar a

ocupação das áreas fora dos limites da área definida como patrimônio de Goiânia (figura 11).

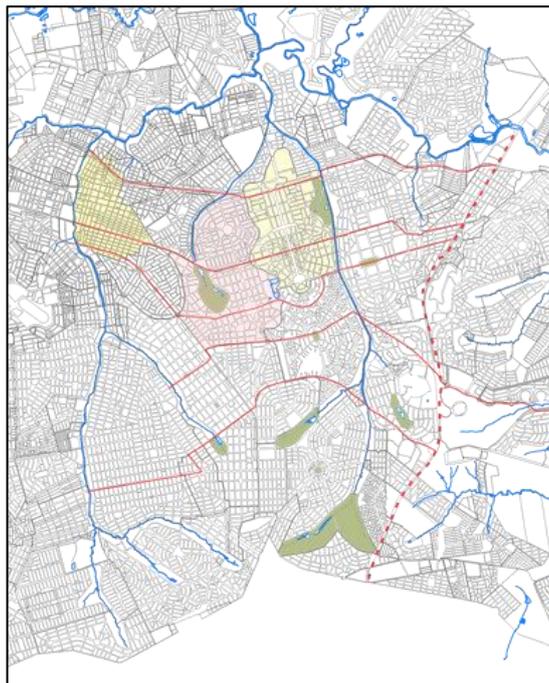


Figura 10: Relação entre bairros em estudo e vias estruturais de Goiânia: consolidação do eixo leste-oeste. Fonte: elaborado pela autora, 2021.

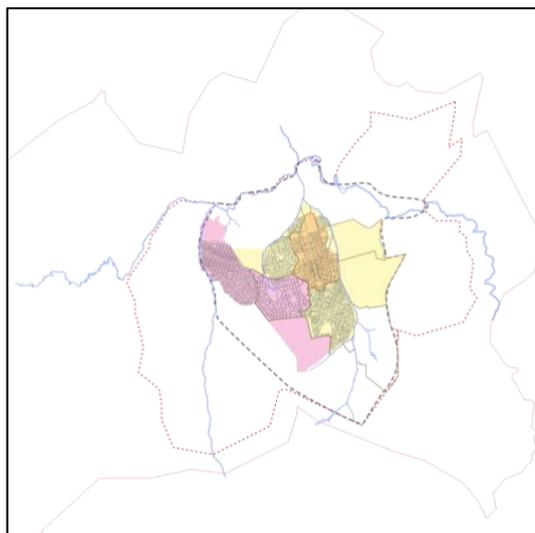


Figura 11: Expansão da área urbana de Goiânia em 1947, consolidando a ocupação das áreas localizadas entre Goiânia e Campinas. Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Entre os bairros aprovados no decreto-lei nº 574 de 1947, tem-se o Setor Oeste, quando seu parcelamento foi oficializado apesar de sua ocupação ter sido mais efetiva nas décadas de 1950-60. Esse período corresponde ao segundo momento da periodização proposta, à medida que o trecho entre Goiânia e Campinas é ocupado, constituindo um crescimento contínuo a leste de Goiânia e a oeste de Campinas e a demarcação das barreiras presentes entre as duas cidades: o Córrego Capim Puba. A análise dos elementos reguladores (PANERAI, 2006) presentes nessa região demonstra a primeira expansão do território e o processo de valorização fundiária que caracteriza a própria história de Goiânia, tendo em vista as ações especulativas dos agentes promotores do

espaço urbano uma vez que foi incentivada a ocupação dessa área, mediante a venda dos lotes.

À medida que o bairro se consolidou como área residencial e voltada às classes mais abastadas, observa-se seu adensamento, e alterações na fisionomia do bairro iniciadas ainda na década de 1960, segundo Oliveira (2002). Houve incentivo dos governantes para o adensamento dos setores voltados às classes de médio e alto padrão e, por outro lado, estimularam a ocupação de bairros distantes para a população de baixa renda, tornando bairros com pouca infraestrutura urbana. Esse espraiamento provocou também a formação de vazios urbanos, o que demarca o período de ampliação do espaço e fragmentação. Por outro lado, a verticalização concentrou-se no Setor Oeste e Centro, pela proposição de habitações coletivas. Isso representa a reconfiguração do espaço mediante o financiamento federal para projetos de ordenamento territorial e a valorização das áreas centrais, reafirmando o caráter excludente da cidade (MOYSES, 2004), e a dialética entre centro e periferia.

O Setor Aeroporto foi aprovado pelo decreto nº 90-A, de 1938. Este documento foi uma revisão da proposta urbanística para Goiânia com complementações dos irmãos Coimbra Bueno que assumiram não só a coordenação da construção da cidade, mas também o desenvolvimento dos projetos, após a saída de Atílio Correa Lima. Nesse sentido, a área destinada ao Aeródromo foi parcelada e convertida a bairro, reforçando o crescimento contínuo no sentido a Campinas, e os eixos viários como elementos reguladores dessa extensão do tecido existente. Somam-se à ocupação dessa região sua proximidade com o Centro e Setor Oeste.

O Setor Aeroporto também reforça essa extensão da aglomeração e a ocupação das áreas localizadas entre Campinas e o núcleo pioneiro da cidade, tendo em vista o parcelamento da área inicialmente destinada ao aeroporto. Essa mudança ocorreu pela doação de terras de Altamiro de Moura Pacheco para a construção do aeroporto no Setor Santa Genoveva, na região norte da cidade que também foi incorporado à zona suburbana da cidade em 1947.

Ao contextualizar a constituição do centro expandido de Goiânia, observa-se que sua forma urbana de Goiânia é resultante da somatória dos bairros, além daquelas áreas de ocupação irregular, conformando um mosaico urbanístico entremeado por áreas mais ou menos densas.

A estruturação do Centro Expandido ocorreu pela consolidação de dois eixos de estruturação urbana da cidade: um eixo leste-oeste que se estrutura a partir da Avenida Anhanguera e articula os dois núcleos iniciais, caracterizando o crescimento em extensão nos três primeiros momentos da cidade. A ocupação do Setor Oeste e do Setor Aeroporto configura-se como extensão ao longo do principal eixo estruturador da cidade: A Avenida Anhanguera, reafirmando o papel da via na forma urbana da cidade, além de promover a valorização fundiária desses bairros caracterizando-os como articuladores entre os núcleos pioneiros de Goiânia – Setor Central e da antiga cidade de Campinas. A oeste, superando o limite do Bosque dos Buritis, tem-se o Setor Oeste, cujas quadras lindeiras ao próprio curso d'água detém de forma semelhantes aos da área central.

O outro eixo, norte-sul, se conforma a leste do Córrego Botafogo, sendo um pólo de crescimento resultante dos processos migratórios e a ocupação da

cidade por uma classe menos abastada, sendo formada pelos bairros Vila Nova, Leste Universitário, Setor Pedro Ludovico, que se consolida a partir dos anos 1990, com incentivo de ocupação do Jardim Goiás como área de desenvolvimento econômico e as ações de patrimonialização no Centro e reforço da centralidade do Centro Expandido (figura 12).



Figura 12: à esquerda: Bairros aprovados em 1947 (em amarelo) e acréscimo (em laranja): loteamentos em áreas do Estado a leste do Córrego Botafogo – Setores Leste Universitário e Setor Pedro Ludovico; à direita: Consolidação do vetor Norte-Sul em escala metropolitana a partir das diretrizes de ordenamento urbano, previstas no PDIG de 1969. Fonte: acervo da autora, 2021.

Ao analisar os decretos entre 1933 e 1947, observa-se que o planejamento visava a ocupação da cidade em todas as direções, permitindo a alteração do perímetro urbano, à medida que houve a extensão da aglomeração. No sentido Leste, há a superação da barreira do Córrego Botafogo e a importância da Avenida Anhanguera como linha de crescimento, articulando essa região ao núcleo original e a Campinas. Por outro lado, a estruturação viária do Setor Sul, permitiu a articulação a Sul, caracterizando a malha viária como um dos elementos reguladores para a expansão da cidade.

Desdobra-se na formação do Setor Leste Universitário, dado o crescimento contínuo do núcleo original e o crescimento descontínuo a sul, pela implantação do Setor Pedro Ludovico. A outra cidade não reconhecida nos planos de 1938 e 1947 foi palco de disputas e de ocupações irregulares à medida que a regularização das áreas a Leste do plano original desdobra-se em remoções.

O papel do Setor Aeroporto, nesse contexto, é fundamental para essa dinâmica de ocupação norte-sul, visto que sua ocupação foi incentivada como meio de impedir que novas ocupações irregulares se estabelecessem em seu período, conforme indica Gonçalves (2003). Além disso, o Setor Oeste se caracteriza pelo crescimento contínuo ao Setor Central, tendo em vista as condições topográficas e o limite da cidade até o Bosque dos Buritis mais a sul.

As dinâmicas de ocupação das primeiras décadas de Goiânia, levaram a uma maior articulação entre o núcleo pioneiro, projetado por Atílio Correa Lima e, depois, redefinido com consultoria à Armando Augusto de Godoi a Campinas,

sendo as terras entre esses dois espaços, áreas particulares, favorecendo os próprios responsáveis pela urbanização da cidade. Significa entre outras palavras a associação das ações político-institucionais às econômico-fundiárias em detrimento às ações socioespaciais.

As primeiras ocupações desses dois bairros são indicadas nas aerofotogrametrias dos anos 1960, reforçando seu papel de articulação entre os dois núcleos. Em relação ao setor Oeste verifica-se a importância da Avenida Anhanguera como linha de crescimento, ainda que a ocupação do bairro tenha ocorrido de forma espreada, com dinâmicas próprias (figura 13). A ocupação do bairro, ao final dos anos 1960, já demonstrava o crescimento e articulação com os dois núcleos iniciais, tendo o Setor Coimbra a oeste e a leste, o Setor Central. Nota-se também uma ocupação considerável nos setores que se articulavam a Campinas e os bairros destinados aos operários a norte da Avenida Anhanguera. Nesse sentido, as áreas verdes – Bosque dos Buritis e Lagos das Rosas desempenhavam o papel de limites entre os bairros, mas não impediam a extensão da aglomeração, sendo inclusive polos de crescimento, à medida que havia ocupações nas quadras lindeiras a esses espaços livres da cidade. Por outro lado, ainda que houvesse uma ocupação a sul, essa é menos densa e mais espreada atestando a força do vetor leste-oeste nessa área da cidade.

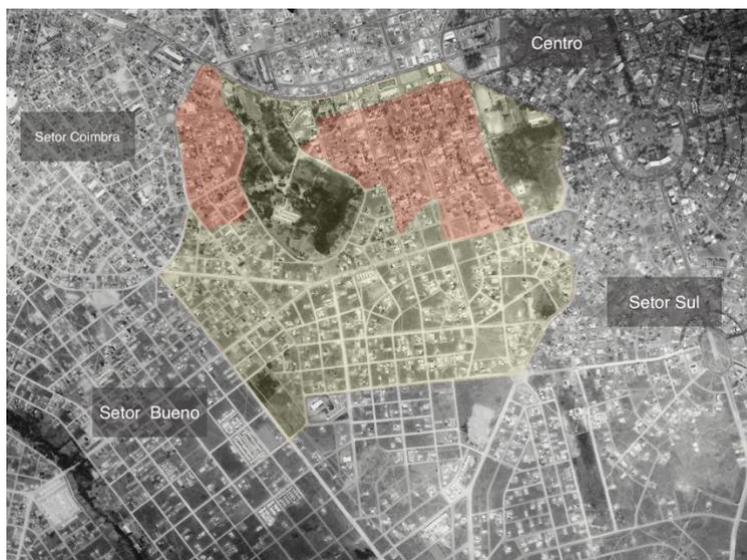


Figura 13: Ocupação do Setor Oeste 1968, destacando em vermelho as áreas mais consolidadas. Fonte: Prefeitura de Goiânia (2019), acervo da autora, 2021.

A expansão urbana e a ocupação espreada é uma marca desse período, como consequência do crescimento demográfico vertiginoso registrado nesse período. Com isso, ao estudar os bairros, nota-se que houve a ocupação tanto daqueles planejados quanto daqueles incorporados ao tecido urbano como resposta corretiva às ocupações irregulares da cidade. Isso indica que os processos de ocupação e adensamento se aceleraram e efetivaram a região como área urbana, como é possível averiguar a localização do Setor Oeste nas zonas urbanas definidas desde 1933-35 (figura 14).

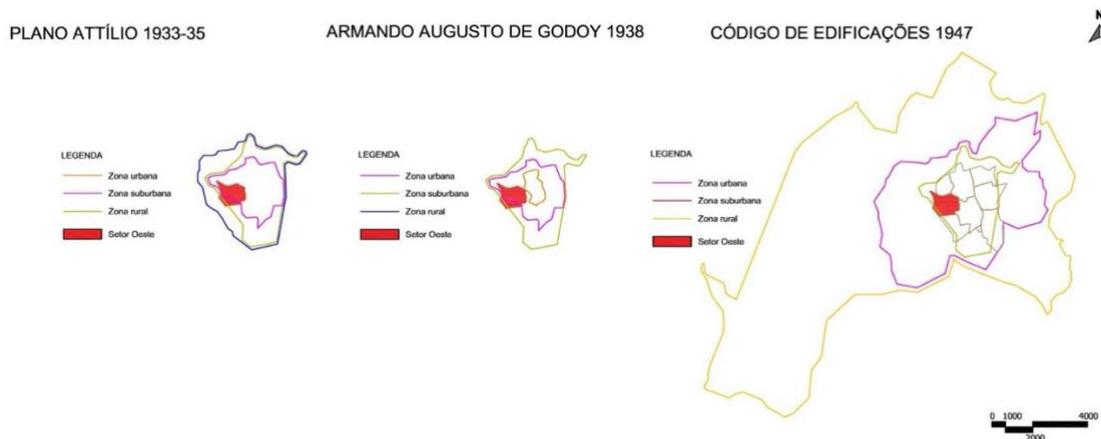


Figura 14: Localização do Setor Oeste conforme legislações urbanísticas de 1933-35; 1938 e 1947. Fonte: acervo dos autores, 2021.

O Setor Oeste foi previsto como área pertencente à zona suburbana, sendo esta delimitada para ocupação futura à medida que a cidade fosse consolidada e se situava nos limites do perímetro urbano, tendo o Lago das Rosas como barreira e com pouca comunicação a Oeste, excetuando-se pela Avenida Anhanguera. No entanto, isso não impediu uma articulação com o Município de Campinas e a superação dos limites iniciais de Goiânia, ampliando o território significativamente na década de 1940, quando a Campinas foi incorporada a Goiânia. Em outras palavras, o Setor Oeste passou a ser indutor de crescimento e expansão urbanos, desempenhando papel importante na estruturação leste-oeste, além de ter sido *locus* da população de maior poder aquisitivo.

A legislação urbanística das décadas de 1970-90 atesta essa dinâmica de expansão urbana em que houve incentivo de ocupação das áreas a sudoeste, além de possibilitar a ampliação do perímetro urbano e a busca por políticas que permitissem um controle ordenado do espaço urbano, ainda que incentivassem o espraiamento urbano (figura 15).

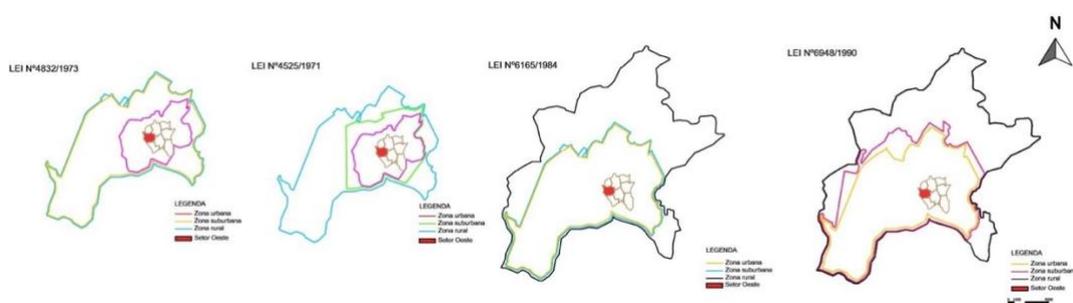


Figura 15: Localização do Setor Oeste conforme legislações urbanísticas das décadas de 1970 a 1990. Fonte: acervo dos autores, 2021.

Ao comparar as áreas urbanas e suburbanas entre 1971 a 1990, nota-se que as modificações foram mais efetivas em 1984, quando a área suburbana praticamente corresponde a zona rural, ampliando as áreas parceladas significativamente, perfazendo a projeção de expansão da cidade por eixos viários e pela implantação de conjuntos habitacionais em áreas periféricas. Essa postura político-institucional acabou por “resguardar” a área central, ou melhor,

o Centro Expandido, que pouco se alterou a não ser pelo incentivo à verticalização e associação ao desenvolvimento e adensamento do Setor Oeste.

A análise do Setor Aeroporto aponta o desenvolvimento e formação de uma região entre os Núcleos de Campinas e Goiânia, visto que há resquícios de ocupações irregulares e um traçado planejado (figura 16). O bairro se relaciona à ocupação periférica e às classes de menor poder aquisitivo em um primeiro momento, depois, ao ser parcelado, torna-se uma extensão do bairro popular e do Setor Oeste e define um crescimento contínuo entre os dois núcleos, sendo que as ocupações iniciais mesclam-se ao bairro popular e as áreas adjacentes aos fundos de vale.



Figura 16: Aerofotogrametria destacando a Avenida Anhanguera (em branco), o núcleo de Campinas (em laranja) e do Centro (em magenta), e o limite do Setor Aeroporto (em vermelho). Em verde ocupações irregulares nas bordas do Capim Puba. Fonte: acervo da autora, 2021.

A seguir, são apresentados os mapas referentes às legislações urbanísticas da cidade com destaque ao Setor Aeroporto, tendo em vista localizá-lo nas zonas urbanas, suburbanas, de expansão urbana, legitimando-o como parte das ações do Estado no controle do ordenamento territorial da cidade até meados dos anos 1950 (figuras 17 e 18).



Figura 17: Localização do Setor Aeroporto conforme legislações urbanísticas das décadas de 1930 a 1970. Fonte: acervo da autora, 2021.

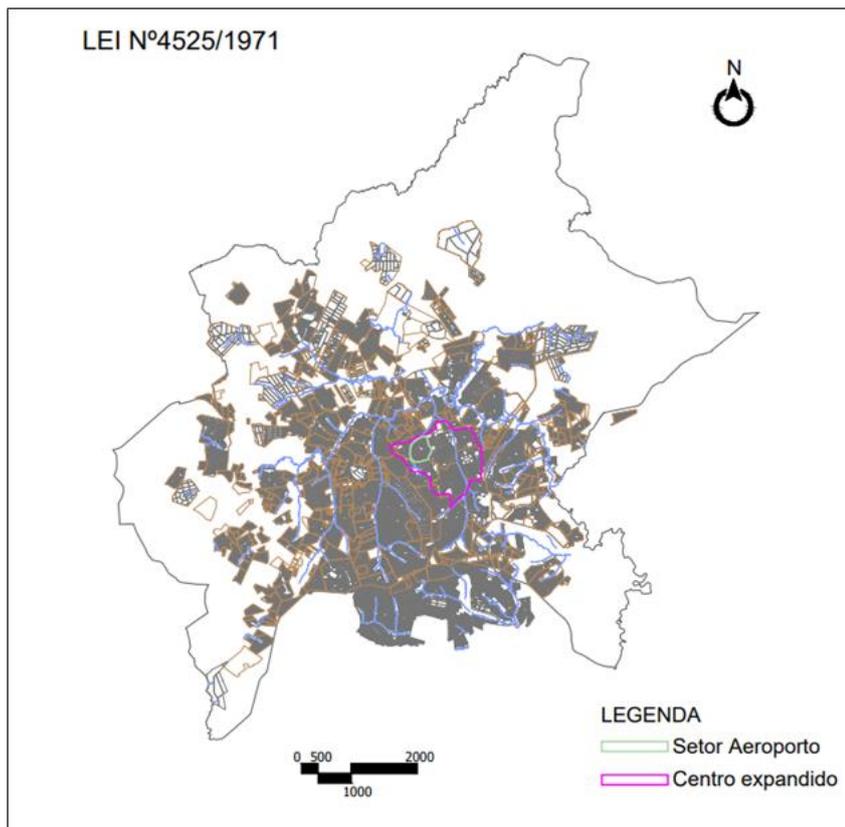


Figura 18: Localização do Setor Aeroporto e Centro Expandido. Fonte: acervo da autora, 2021.

Os mapas acima mostram a expansão urbana a partir das legislações e alterações do perímetro urbano. Foi a partir do Código de Edificações de 1947 que o Setor Aeroporto passa a ser consolidado no mapa, próximo ao perímetro da região urbana. Esse parcelamento aconteceu como uma forma de evitar ocupações irregulares na área, que prejudicariam a venda dos lotes e a expansão do setor. Entre 1971 e 1990, é possível ver que o limite da região urbana já não está mais próximo ao Centro Expandido, mas sim, próximo ao limite atual da cidade, mostrando o intenso crescimento urbano. Atualmente é possível ver que o Setor Aeroporto foi ocupado de forma estratégica pelo poder público, deslocando a população de menor renda para outras áreas da cidade e locando as com maior poder aquisitivo nos novos empreendimentos que iam surgindo devido à expansão urbana.

Compreender a dinâmica entre os dois núcleos iniciais, possibilita analisar a estruturação de Goiânia, sua fragmentação e os vetores de crescimento, atestando as mutações da primeira fase de ocupação, seguida pela ampliação do espaço e fragmentos e novos lugares, que ocorreu ao longo das décadas seguintes, tendo em vista as ações político-institucionais.

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969 estabeleceu três diretrizes para o ordenamento territorial de Goiânia: estruturação do sistema viário a fim de articular os fragmentos; conjuntos habitacionais nas áreas periféricas, levando a ocupação mais efetiva da zona suburbana do que da urbana e, por vezes, a ocupação de áreas rurais, como na Região Norte.

A expansão da cidade dos anos 1970-80, reforça o papel de estruturação a oeste desses bairros. Houve uma consolidação da expansão urbana, em que

o sistema viário se torna o principal elemento regulador do crescimento da cidade, favorecendo o “estoque de terras” por meio de vazios urbanos, levando a significativas mudanças no perímetro urbano entre 1971-1984 e, em certa medida, possibilitando a salvaguarda no Centro Expandido, do qual o Setor Aeroporto faz parte.

Nesse sentido, observa-se que o desenvolvimento da cidade ficou condicionado à dualidade entre centro e periferia, repercutindo na segregação sócioespacial e os deslocamentos da população de menor poder aquisitivo das bordas das áreas “legítimas”, como os fundos de vale, para áreas cada vez mais distantes do Centro Expandido, ainda que haja resquícios dessas ocupações entre o Setor Aeroporto, Centro e Campinas. Por outro lado, assiste-se na década de 1990, por meio do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (GOIÂNIA, 1992), o incentivo à valorização da área central, a definição de áreas estratégicas para ocupações.

A ocupação da cidade pode ser entendida a partir da atuação dos agentes públicos e privados, além das tensões sociais à medida que se observam a disputa e controle dos locais destinados às classes menos favorecidas. Desse modo, a pesquisa perpassa por uma abordagem dos sujeitos apagados, notadamente ao considerar o Setor Aeroporto como pólo de crescimento urbano e, conseqüentemente, área de disputa resultando numa heterogeneidade morfológica.

A partir do mapeamento apresentado, com maior destaque a escala territorial, pode-se observar que as primeiras fases de território de Goiânia permitem constatar o controle do poder público que, por meio da definição de uso e ocupação do solo, buscava não só fixar a população em áreas estratégicas como também definir as classes sociais em cada uma das regiões, alavancando também a ação dos agentes privados devido às sucessivas mudanças nos limites urbanos da cidade. Esse período corresponde à ampliação do território em que duas cidades se conformam no território goianiense, momento em que tem-se outra dinâmica de ocupação da cidade, demarcando o crescimento descontínuo, à medida que são estabelecidas três diretrizes principais no Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969: estruturação do sistema viário a fim de articular os fragmentos; conjuntos habitacionais nas áreas periféricas, levando a ocupação mais efetiva da zona suburbana do que da urbana e, por vezes, a ocupação de áreas rurais, como na Região Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia da cidade e a periodização proposta apontam importantes reflexões acerca das influências das ideias urbanísticas e das interferências legislativas, econômicas e socioculturais como elementos de sistematização de estruturação urbana sob a égide da modernidade, em que pese o controle do Estado quanto à ocupação da cidade e os efeitos colaterais: a expansão não planejada e resultante de dinâmicas que perpassam apenas a definição do traçado urbano.

A análise de fontes primárias contribuiu para compreender a dinâmica de crescimento contínuo do Setor Oeste em relação ao núcleo original e como pólo de crescimento leste-oeste. Além disso, seu traçado detém influências da urbanística moderna, comprovando a circulação de ideias na produção do

espaço urbano. Contudo, grande parte de sua intenção foi modificada por ações políticas que acabaram colaborando para um crescimento desordenado da cidade, levando às mutações do seu DNA de cidade nova.

O mapeamento apresentado, permite compreender gênese de formação de Goiânia e suas mutações, tendo em vista a expansão a oeste, ampliando o espaço urbano e definindo um pólo de crescimento que se consolidou como a principal área de valorização fundiária da cidade até meados dos anos 1990. Outro aspecto identificado na análise das fontes primárias, refere-se ao controle do poder público no ordenamento territorial de Goiânia, uma vez que as ações político-institucionais possibilitaram definir o uso e ocupação do solo e também fixar a população em áreas estratégicas, que resultaram na localização das classes sociais em cada uma das regiões, alavancando também a ação dos agentes privados devido às sucessivas mudanças nos limites urbanos da cidade.

As ações empreendidas sobre a tessitura consolidada remetem a um panorama de resignificação do extrato urbano como mecanismo de sobrevivência em meio à dilatação de suas bordas e de dinamização econômica, principalmente com a atuação dos promotores imobiliários. A fragmentação do tecido urbano revela também a coexistência de diferentes rupturas historiográficas, sendo destacado o papel do Setor Aeroporto e Setor Oeste como pólos de crescimento nas décadas de 1940-1960 sendo fundamentais para a estruturação do eixo leste-oeste.

Apesar de observada uma tendência de ocupação mais a sul do Setor Central, o parcelamento do Setor Oeste, na década de 1940, imputou a ocupação a oeste, superando a barreira inicial do Córrego Capim Puba, além de favorecer a atuação econômico-fundiária dessa região, visto que o Setor Coimbra também incentivava sua ocupação, ainda que tenha surgido, ocupações irregulares. Desse modo, além de caracterizar a ação dos agentes privados, o poder público atuou nessa região visando controlar o uso do solo e evitar ocupações irregulares às margens do Córrego Capim Puba, mediante o parcelamento do Setor Aeroporto.

A constituição da fisionomia urbana de Goiânia indica que a ruptura do tecido urbano original possui duas gêneses distintas: a dinamicidade da periferia urbana, mediante as estratégias de intervenção no território que são ações seletivas, ora dominadas pelas ações político-institucional, ora pautadas pela ação econômica-fundiária e o contraponto de valorização e “salvaguarda” da área central como centro e centralidade da paisagem urbana de Goiânia.

REFERÊNCIAS

- ALVARES, Geraldo Teixeira. *A luta na Epopeia de Goiânia: uma obra de engenharia nacional: documentário histórico, técnico, descritivo*. São Paulo, 1942.
- AMARAL, E. F. de L.; AMARAL, C. V de L. Estruturas invisíveis de segregação na Região Metropolitana de Goiânia. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, p. 1-31, 3 dez. 2019.
- CORDEIRO, Narcisa Abreu. *Goiânia: evoluções do plano urbanístico*. Goiânia: Composição Artes Gráficas e Editora, 1989.

- COSTA, F. V. *Um ornitorrinco no cerrado: Bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em história), Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2016.
- GOIÂNIA, a nova capital de Goiás: resumo de um estudo. In. *IBGE. Goiânia*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico, 1942.
- GOIÂNIA, Prefeitura de. *Plano Diretor de 2007*. Goiânia: SEPLAM, 2007.
- _____. *Plano Diretor de 1992, vol. 1 e 2*. Goiânia: IPLAN, 1992.
- _____. *Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - PDIG de 1968*. Goiânia: Seplam, 1969
- GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: Uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário de dados dos censos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- MABILLOT, R. B. (et. al.). *Parcelamento do solo urbano no Aglomerado Urbano de Goiânia*. Cadernos do Indur: Goiânia, n. 4, 1984.
- MACIEL, D. P. *Goiânia (1933-1963): Estado e Capital na produção da cidade*. Tese de Doutorado (em Sociologia). 1996. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- MANSO, C. F. A. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar*. Goiânia: Publicação do Autor, 2001.
- MARX, Murillo. *Cidades no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MONTEIRO, O. S. N. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.
- MORAES, Sérgio de. *O Empreendedor Imobiliário e o Estado: O Processo de Expansão de Goiânia em Direção Sul (1975-1985)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. (Dissertação de Mestrado Arquitetura e Urbanismo).
- MEDEIROS, Wilton. *PDIG/Goiânia (1968): A inserção da questão habitacional na metodologia urbanística de Jorge Wilhelm*. CIEC/UNICAMP, V. 6, Nº 8, JUN. 2014.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.
- MOTA, Juliana. *Goiânia, anos 60: os planos diretores de Luís Saia e de Jorge Wilhelm/Serete e as diferentes práticas de planejamento urbano nos períodos pré e pós SERFHAU*. Salvador, ANPUR, 2005.
- MOYSES, Aristides. *Goiânia: Metrópole não planejada*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.
- PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- RIBEIRO, M. E. J. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília. Brasília: 2009.
- ZÁRATE, Halina Veloso; PANTALEÃO, Sandra Catharinne. *Análise da fragmentação urbana em Goiânia o Caso do Botafogo*. *Estudos* (Goiânia. Online), v. 41, p. 137-154, 2015.